



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 19 (*dezenove*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 8ª (*oitava*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Filipe Pinho da Costa Leitão e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foram aprovadas: a Ata da 7ª Sessão Ordinária Virtual e as Resoluções referentes aos processos 1/4514/17, 1/5530/18, 1/574/16, 1/1870/17, lavradas pela Conselheira Maria Elineide Silva e Souza. Em seguida, passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1996/2017 – Auto de Infração: 1/201625594. Recorrente: ELETROCICLO MORAIS COMÉRCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA – EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada pela parte, sob a alegação de que 105 notas fiscais de saídas não lançadas no SPED, e que foram objeto do Auto de Infração de nº 2016.25527, não foram consideradas por ocasião do levantamento de estoques** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que, foi verificado pelo Relator, que as referidas notas fiscais já foram consideradas no levantamento fiscal. Ademais, a sistemática do levantamento fiscal não se limita a notas fiscais lançadas, mas à totalidade das notas fiscais emitidas e recebidas, considerando o XML das notas fiscais. **2. Com relação à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o levantamento de estoque foi feito somente com base nas informações da redução Z, sendo esta inapropriada por não detalhar os produtos comercializados** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que na EFD a Redução Z contém o detalhamento de itens comercializados no dia, com código de produto, descrição, valor unitário, valor total, base de cálculo e ICMS. **3. Quanto ao pedido de realização de perícia para atestar a fragilidade do totalizador, conforme quesitos constantes à fl. 98 dos autos** – Afastado por unanimidade de votos, com base no art. 97, incisos II e III, da Lei nº 15.614/14. **4. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em

sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/998/2017 – Auto de Infração: 1/201625600. Recorrente: ELETROCICLO MORAIS COMÉRCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA - EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO FILIPE PINHO DA COTA LEITÃO. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto ao pedido de realização de perícia para verificação de inconsistências no levantamento fiscal, conforme pedido constante à fl. 91 dos autos** – Afastado por maioria de votos, com base no art. 97, incisos II e III, da Lei nº 15.614/14. Vencido o Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão, que foi favorável a realização de perícia. **2. Com relação à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o levantamento de estoque foi feito somente com base nas informações da redução Z, sendo esta inapropriada por não detalhar os produtos comercializados** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que na EFD a Redução Z contém o detalhamento de itens comercializados no dia, com código de produto, descrição, valor unitário, valor total, base de cálculo e ICMS, além do mais, as reduções Z se referem as operações de saídas de mercadorias. **3. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pela Conselheira Jucileide Maria Silva Nogueira, que ficou designada para lavrar a Resolução, e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencido o Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão, relator originário, que votou pela improcedência, com base no art. 112 do CTN. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/936/2019 – Auto de Infração: 1/201819056. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: PP COMERCIAL DE AVIAMENTOS LTDA. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/935/2019 – Auto de Infração: 1/201819059. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: PP COMERCIAL DE AVIAMENTOS LTDA. Relator: CONSELHEIRO JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** Na forma regimental, o Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo, acatando as razões apresentadas pela Conselheira Relatora. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 10 de agosto do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA